

Economia



Affonso Ritter

Observador

aritter20@gmail.com

Parada de ônibus climatizada

A população de Parobé acaba de ganhar uma novidade inédita no Rio Grande do Sul: uma parada de ônibus climatizada e com Wi-Fi. Trata-se de projeto-piloto, iniciativa da rede de lojas Lebes em parceria com a prefeitura local, e fica bem em frente à filial da empresa na cidade. A parada, que já existia, passou por reformas quando recebeu as benfeitorias. Segundo o diretor de marketing e vendas, Otelmo Drebes Júnior, “é um conforto para centenas de pessoas que utilizam este local diariamente, e que esperamos levar também a outras cidades gaúchas”.

Jogos empresariais

A BCF Consultoria realiza, no dia 24 de agosto, o curso Jogos Empresariais, no Três Figueiras Tênis Clube, em Porto Alegre. Baseado em software simulador de ambiente de negócios, coloca os participantes em contato com decisões estratégicas de todas as áreas de uma empresa e disponibiliza consultores para orientá-los. Mas o diretor Biagio Filomena alerta que “não serão aceitos chutes”.

Congresso mundial

Presidente e vice-presidente do CRA-RS, Valter de Lemos e Rogério Bohn estão em Cartagena das Índias, na Colômbia, discutindo detalhes para realização do XII Congresso Mundial de Administração no local, entre os dias 15 e 19 de novembro. O tema central será “Práticas de Gestão para Empresas do Século XXI: a Organização do Futuro”.

Combate ao mosquito

O programa de fomento ao empreendedorismo do Braskem Labs selecionou propostas de Santa Catarina, Pernambuco e São Paulo de combate ao *Aedes aegypti* com potencial para reduzir a incidência de casos de dengue, zika vírus e chikungunya no Brasil. A empresa quer incentivar os empreendedores a colaborarem com as autoridades no controle das doenças causadas pelo mosquito.

Arquitetura sustentável

A Bontempo Porto Alegre está trazendo o arquiteto Uruguai Carlos Ponce de León para uma palestra sobre Arquitetura Sustentável na próxima terça-feira no Sindicato dos Engenheiros da Capital. Ele é o principal nome da arquitetura sustentável no Uruguai e um nome forte em outros mercados.

Confeitarias em casas históricas

A confeitaria Kemper's Haus, de Santo Ângelo, inaugura, neste mês, em Ijuí, sua primeira franquia com projeto arquitetônico da Planobase Lubianca, de Porto Alegre. O modelo da nova operação foca a ampliação futura da rede, que tem como conceito um espaço tradicional, uma vez que a marca investe em casas clássicas, que remetem à preservação da história da cidade, do próprio imóvel ou da arquitetura e do mobiliário. Piso frio, detalhes em madeira e móveis antigos integram o projeto, que também contempla uma área ao ar livre. Aliás, a sede da confeitaria em Santo Ângelo está localizada em um imóvel listado pelo Patrimônio Histórico, com todas as suas características originais restauradas.

CONJUNTURA

FEE analisa dívida ativa do Rio Grande do Sul

Estoque de créditos tributários era de R\$ 31,9 bi em abril de 2016

Adriana Lampert

adriana@jornaldocomercio.com.br

Os créditos referentes ao não pagamento de impostos estaduais pelos contribuintes representam a principal parte da dívida ativa do Rio Grande do Sul, e somaram R\$ 31,9 bilhões em abril de 2016. Este valor equivale a 60% do montante devido pelo Estado para a União. Mas, de acordo com a Carta de Conjuntura apresentada ontem pela manhã pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), a parcela passível de recuperação destes valores é de apenas 28%. “Para se chegar a esta estimativa, é preciso considerar alguns critérios de viabilidade, como o tempo que estes créditos estão inscritos em dívida ativa e a possibilidade de falência de empresas devedoras”, explica pesquisadora da FEE, Vanessa Neumann Sulzbach.

Conforme o documento, a maior parte (96,9%) da dívida tributária é referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Deste montante, o mais expressivo (41,7%) é devido pelo setor da indústria de transformação, que supera a soma a recuperar junto aos comércios varejista (18,8%) e atacadista (18,2%). O restante é dividido entre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que representa 0,2% da dívida; o Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), cujos créditos somam apenas 0,1%; e outras taxas e tributos (2,7%). “No entanto, ainda há outros tipos de dívida ativa, que são a bancária e aquelas decorrentes de sentenças judiciais, como os honorários a serem cobrados daqueles agentes que entraram em ação contra



FREDYVIEIRA/JC

Vanessa diz que é preciso considerar alguns critérios de viabilidade

o Estado, mas perderam a disputa”, esclarece Vanessa.

A fim de identificar os valores e origens dos créditos que compõem a dívida ativa do Rio Grande do Sul, a FEE e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) - órgão responsável pela cobrança destes débitos - implementaram em parceria o projeto Recupera Mais, dividido em duas etapas. A primeira buscou registrar o montante devido por cada setor, e a segunda deve traçar um perfil dos devedores, a fim de contribuir para estratégias que qualifiquem a cobrança. “Nossa série de dados se iniciou em 2008, quando a dívida tributária era de R\$ 30,2 bilhões. Até 2011, esses créditos chegaram a R\$ 36,8 bilhões; mas, desde então, apresentam tendência de queda gradual”, informa a pesquisadora da FEE. Neste período, o crescimento real da dívida tributária foi de 5,2% - o que equivale a 0,6% ao ano, completa Vanessa. Ela destaca que este estoque da dívida ativa em 2015 foi equivalente a cerca de 52% do total de débitos do Rio Grande do Sul e representou 62% do que o Estado devia junto à União.

Apesar do valor “expressivo”, pondera Vanessa, um outro indicativo de como esses créditos não são de fácil recuperação - e, portanto, acabam não representando uma fonte de incremento de receita de curto prazo para o governo - é o fato de que o tempo mediano da dívida ativa do Estado é de 10,2 anos (cálculo para abril de 2016). “Uma avaliação histórica revela que essa medida teve um aumento considerável entre 2008 (8,5 anos) e 2013 (10,3 anos), permanecendo relativamente estável desde então.” Como esse tipo de receita depende de processos judiciais, é natural que o tempo seja, em média, razoavelmente elevado.

Quando se avalia apenas a parcela viável (R\$ 8,8 bilhões) da dívida ativa, o tempo mediano é reduzido para 3,5 anos, devido ao prazo de inscrição da dívida estar entre os critérios de sua viabilidade. Esta quantia “contribui marginalmente” para a resolução dos problemas fiscais do Estado e reforça a tese de que a saída para aumentar a receita passa por reformas estruturais e de longo prazo.

Estudo destaca alta das exportações e escassez de milho

A Carta de Conjuntura da FEE também avalia as causas e efeitos da alta nos preços do milho no Brasil (que chegou a 150% em maio, em comparação com o mesmo período do ano passado) sobre as cadeias agroindustriais, principalmente dos setores de carnes, aves e suínos. O estudo destaca que a elevação das exportações, que aconteceu a partir do final de 2015 em vista da des-

valorização cambial - alcançando um patamar de 6 milhões de toneladas -, conduziu a uma escassez do produto. “Combinado com a redução da primeira safra, este fator contribuiu para a elevação dos preços nos primeiros meses do ano”, pontua o pesquisador da FEE Rodrigo Feix.

A pressão altista nos preços do milho foi reforçada pela falta de chuvas em abril e maio. A bai-

xa disponibilidade de milho no mercado doméstico, no período da entressafra, e a elevação das estimativas de perdas na “safriinha” criaram um ambiente de incertezas, que se refletiu nas cotações. A partir do início de junho, com a proximidade da colheita da segunda safra, os preços recuaram, mas se mantêm em patamares historicamente elevados (R\$ 28,90 por saca).

Comunicamos
nosso novo
endereço:
Avenida
Carlos Gomes,
403/802

Atilio Dengo
Av. Carlos Gomes, 403/802 | Auxiliadora | Porto Alegre/RS
51 3061.3016 | atiliodengo.com.br